



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



RAFAEL ARAUJO MARTINS

PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE SOBRE ESTRATÉGIAS DE POLICIAMENTO

GOIÂNIA-GO

2024

RAFAEL ARAUJO MARTINS

PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE SOBRE ESTRATÉGIAS DE POLICIAMENTO

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Tenente Paulo Hernande Nogueira.

GOIÂNIA-GO

2024

PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE SOBRE ESTRATÉGIAS DE POLICIAMENTO

COMMUNITY PERCEPTION OF POLICING STRATEGIES

Rafael Araujo Martins¹
Paulo Hernande Nogueira Dourado²

Resumo

O foco deste estudo é analisar como a comunidade percebe as estratégias de policiamento empregadas pela Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), especificamente em relação à implementação de técnicas de mediação de conflitos. O principal objetivo desta investigação é compreender as opiniões e perspectivas da comunidade sobre as estratégias de policiamento utilizadas pela PMGO, com particular ênfase na utilização de técnicas de mediação de conflitos. Estas estratégias inovadoras visam promover uma relação mais próxima e colaborativa entre a polícia e a comunidade, com o objetivo final de construir confiança mútua e aumentar a eficácia das operações policiais. Através desta pesquisa, pretendemos descobrir as percepções da comunidade sobre estas abordagens, bem como os seus pensamentos sobre a sua implementação e eficácia. Ao obter informações sobre as perspectivas da comunidade, este estudo visa fornecer informações valiosas que podem informar melhorias nas práticas de policiamento e fortalecer ainda mais o vínculo entre o PMGO e os cidadãos que serve. O foco central desta pesquisa gira em torno da compreensão de como essas estratégias impactam a interação entre a polícia e a comunidade, com o objetivo de fortalecer seu relacionamento. O foco principal da pesquisa é obter informações sobre a forma como as comunidades veem as estratégias de policiamento do PMGO, particularmente aquelas que envolvem abordagens de mediação de conflitos. Os objetivos do estudo abrangem avaliar a utilização atual dessas técnicas pelo PMGO, determinar sua eficácia percebida na resolução de conflitos e identificar os obstáculos encontrados durante a implementação. Para atingir estes objetivos, foi aplicado um questionário através do Google Forms, com um total de 12 participantes. Os dados coletados foram então analisados. As conclusões revelam uma série de perspectivas, sublinhando a importância do policiamento comunitário, da transparência e dos eventos comunitários na promoção de um forte vínculo entre o PMGO e a comunidade.

Palavras-chave: Percepções, estratégias de policiamento, mediação de conflitos, Polícia Militar do Estado de Goiás, relacionamento polícia-comunidade.

Abstract

The focus of this study is to analyze how the community perceives the policing strategies employed by the Military Police of the State of Goiás (PMGO), specifically regarding the implementation of conflict mediation techniques. The main objective of this research is to understand the community's opinions and perspectives on the policing strategies used by PMGO,

¹ Rafael Araujo Martins - Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, e-mail:rafael.martins@pm.go.gov.br
Telefone: (61) 98418-3377.

² 1º Tenente QOPM Paulo Hernande Nogueira Dourado - Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Bacharel em Direito e Especialista em Segurança Pública, Telefone (62) 98579-4492.

with particular emphasis on the use of conflict mediation techniques. These innovative strategies aim to promote a closer and more collaborative relationship between the police and the community, with the ultimate goal of building mutual trust and increasing the effectiveness of police operations. Through this research, we aim to uncover the community's perceptions of these approaches, as well as their thoughts on their implementation and effectiveness. By obtaining insights into the community's perspectives, this study aims to provide valuable information that can inform improvements in policing practices and further strengthen the bond between PMGO and the citizens it serves. The central focus of this research revolves around understanding how these strategies impact the interaction between the police and the community, with the aim of strengthening their relationship. The primary focus of the research is to gain insights into how communities view PMGO's policing strategies, particularly those involving conflict mediation approaches. The study objectives encompass evaluating the current use of these techniques by PMGO, determining their perceived effectiveness in conflict resolution, and identifying obstacles encountered during implementation. To achieve these objectives, a questionnaire was administered via Google Forms, with a total of 12 participants. The collected data were then analyzed. The findings reveal a range of perspectives, underscoring the importance of community policing, transparency, and community events in promoting a strong bond between PMGO and the community.

Keywords: Perceptions, policing strategies, conflict mediation, Military Police of the State of Goiás, police-community relationship.

1 INTRODUÇÃO

A consideração especial do tema da confiança pública nas forças policiais deve ser uma prioridade para pesquisadores e gestores de segurança pública brasileiros, começando pelos próprios líderes das empresas policiais. A principal razão para esta priorização é o reconhecimento de que a baixa confiança na polícia está diretamente ligada a elevadas taxas de subnotificação de crimes. Não é nenhum segredo que a informação é o recurso mais importante de um agente da lei. Quando a polícia tem acesso limitado à informação, encontra-se em território desconhecido, enfrenta maiores dificuldades na obtenção de resultados eficazes e enfrenta maiores riscos.

As agências policiais mais eficazes do mundo investem fortemente na seleção e formação dos seus membros, procurando garantir que as suas interações com as comunidades sejam respeitadas, justas e atenciosas. Esta abordagem não afeta apenas a qualidade dos serviços prestados, mas também é comprovadamente um aspecto central da avaliação de desempenho nas carreiras policiais e na própria agência.

De acordo com Monteiro (2005), o paradigma de policiamento comunitário enfatiza a necessidade de restabelecer a proximidade entre a polícia e a comunidade, visando promover a integração entre segurança pública e cidadania. Nesse contexto, os cidadãos se envolvem ativamente na gestão de sua própria segurança e do ambiente em que residem,

participando ativamente na identificação de questões locais e no desenvolvimento de estratégias preventivas adaptadas a cada situação específica. Dessa forma, a comunidade se torna um componente adicional no controle dos serviços fornecidos pela polícia.

As estratégias de policiamento desempenham um papel crucial na formação das percepções da comunidade, influenciando a eficácia e legitimidade das agências de segurança pública. No contexto da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), a adoção de técnicas de mediação de conflitos tornou-se um aspecto crucial das abordagens policiais. Este projeto de pesquisa visa aprofundar a compreensão das percepções da comunidade sobre tais estratégias, com o objetivo geral de analisar o uso de técnicas de mediação de conflitos pelos PMGOs. O foco principal é entender como as pessoas percebem essas abordagens e identificar áreas na prática policial que podem precisar de melhorias.

Compreender as percepções da comunidade sobre as estratégias de policiamento é fundamental para melhorar a eficácia e a legitimidade das operações da Polícia Militar de Goiás (PMGO). Neste contexto, este estudo justifica-se e visa fornecer uma análise abrangente das percepções das pessoas sobre as estratégias policiais implementadas, com foco na aplicação de técnicas de mediação de conflitos. A importância deste inquérito reside na necessidade de alinhar as práticas policiais com as expectativas e necessidades da comunidade, construindo pontes fortes entre os PMGOs e os cidadãos que servem. A implementação de técnicas de mediação de conflitos propõe uma abordagem mais participativa e colaborativa em que a comunidade não seja apenas um objeto, mas um sujeito ativo na gestão local da segurança pública.

Considerando o contexto da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) e a implementação de estratégias de policiamento, particularmente aquelas que incorporam técnicas de mediação de conflitos, surgem questões-chave relacionadas às percepções da comunidade. Diante disso, a questão de pesquisa que norteia este estudo é: Como as comunidades percebem as estratégias de policiamento implementadas pela Polícia Militar, com foco na aplicação de técnicas de mediação de conflitos?

O objetivo geral foi o de conhecer a percepção da comunidade em relação às estratégias de policiamento implementadas pela Polícia Militar do Estado de Goiás, com foco na aplicação de técnicas de mediação de conflitos. E os objetivos específicos foram de examinar a implementação atual de técnicas de mediação de conflitos pela Polícia Militar do Estado de Goiás, identificando os procedimentos adotados e as áreas geográficas de maior aplicação. Avaliar a eficácia percebida das técnicas de mediação de conflitos na resolução de disputas e na promoção de relações mais harmoniosas entre a comunidade e a polícia.

Identificar os desafios enfrentados pela Polícia Militar do Estado de Goiás na implementação de técnicas de mediação de conflitos, incluindo possíveis resistências internas, obstáculos operacionais e questões de treinamento.

A relevância deste estudo reside na sua contribuição para a melhoria das práticas de policiamento, particularmente no contexto da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO). Compreender as percepções da comunidade sobre as estratégias de policiamento, com foco nas competências de mediação de conflitos, é fundamental para aumentar a eficácia e a legitimidade das operações policiais. Ao alinhar as práticas policiais com as expectativas e necessidades da comunidade, este estudo visa construir uma ponte forte entre PMGOs e cidadãos, promovendo uma relação mais colaborativa e participativa.

2 REVISÃO TEÓRICA

A revisão teórica deste artigo é fundamental na contextualização dos conceitos-chave relacionados às percepções da comunidade sobre estratégias de policiamento, com foco nas técnicas de mediação de conflitos. Ao explorar fundamentos teóricos relevantes, buscamos uma compreensão abrangente do tema para analisar e interpretar criticamente os resultados.

A fundamentação teórica abordará conceitos relacionados à confiança policial, eficácia do policiamento, paradigmas de policiamento comunitário, mediação de conflitos e outros temas relacionados ao escopo do estudo. Esta revisão ajudará a situar a investigação em contextos acadêmicos e profissionais, destacando a importância de compreender as percepções da comunidade para melhorar a prática policial.

2.1 CONFIANÇA E LEGITIMIDADE POLICIAL

Para pesquisadores e gestores da área de segurança pública no Brasil, especialmente líderes policiais, a confiança pública nas instituições policiais deve ser uma prioridade. A principal razão para esta ênfase é o reconhecimento de que o declínio da confiança na polícia está diretamente relacionado com elevadas taxas de subnotificação de crimes, como demonstraram pesquisas anteriores (Hagan; Albonetti, 1982; Sherman, 1993). Além disso, a confiança limitada foi associada à comunicação limitada entre os residentes e a polícia.

A informação desempenha um papel vital como recurso básico para os agentes responsáveis pela aplicação da lei. Quando a polícia tem acesso limitado à informação, encontra-se num ambiente de ignorância, reduzindo a probabilidade de um bom resultado e

umentando a exposição ao risco. A força policial mais eficaz do mundo investe fortemente na seleção e formação dos seus membros, promovendo relações respeitadas, justas e atentas com a comunidade. Este aspecto não afeta apenas as interações quotidianas, mas também revela-se fundamental para o desenvolvimento da carreira policial e para a avaliação do desempenho da agência.

Quando as pessoas confiam nas instituições policiais, são admiradas e respeitadas, criando um ambiente melhor do que aquele onde a polícia é temida. Há evidências de que quanto maior a confiança do público na polícia, mais dispostos estão a seguir as orientações da polícia e mais respeitam a lei (Bradford, 2009; Tyler, 1990; Tyler; Huo, 2002; Tyler; Fagan, 2008). Por outro lado, a perda de legitimidade policial pode levar à resistência aos pedidos da polícia, a uma maior probabilidade de apresentação de queixas contra a polícia e a uma menor vontade de cooperar em investigações e reportar informações (Hawdon 2008; Kane 2005; Mastrofski et al. 1996).

A legitimidade da polícia baseia-se na capacidade de resolver problemas que a comunidade considera relevantes e na percepção de que a polícia atua de forma justa. O foco crescente na justiça processual na investigação e orientação internacional reflete a importância das preocupações sobre a correção das ações policiais (Bradford et al., 2009; Tyler; Fagan, 2008). A polícia com fraca legitimidade enfrenta maiores dificuldades, é mais dispendiosa e menos eficaz. Zanetic et al. (2016) alertam que esta situação pode levar à hesitação em chamar a polícia em diversas situações, levando a comportamentos ilegais e violentos para resolver conflitos de forma privada, agravando assim a situação geral de insegurança.

2.2 POLÍCIA COMUNITÁRIA

Uma abordagem de policiamento comunitário representa uma filosofia e estratégia organizacional que cria parcerias entre a polícia e os cidadãos. Esta abordagem baseia-se na premissa de que a polícia e as comunidades devem trabalhar em conjunto para identificar, priorizar e abordar questões contemporâneas como o crime, as drogas, o medo e a deficiência física e moral. O objetivo central é melhorar a qualidade de vida na cidade. A crença básica é que os problemas sociais podem ser resolvidos de forma mais eficaz através da participação de todos na sua identificação, análise e discussão (Trojanowicz, Bucqueroux, 1994).

O conceito de policiamento comunitário visa o engajamento social, buscando envolver todas as forças vivas da comunidade na busca de maior segurança e serviços relacionados ao bem comum. Para satisfazer as necessidades das comunidades que carecem

de segurança pública, é fundamental contar com as contribuições das próprias comunidades. A responsabilidade de prevenir e combater o crime não recai apenas sobre a polícia. A colaboração dos cidadãos como parceiros é extremamente importante para informar as autoridades sobre incidentes, permitindo-lhes tomar medidas com base na tecnologia apropriada para resolver o problema (Amaral, 2002).

A missão da polícia não se limita a proporcionar segurança; estamos empenhados em proporcionar um ambiente onde as pessoas se sintam seguras. Prevenir a ocorrência do crime é mais benéfico, mais viável e mais satisfatório do que tentar corrigir ou suprimir as suas consequências. O sucesso da segurança pública está intrinsecamente ligado à parceria entre o Estado e os seus cidadãos. A Polícia Militar trabalha para compreender as questões de insegurança e implementar estratégias para se aproximar da comunidade. Por sua vez, cada cidadão deve compreender que também partilha a responsabilidade pela segurança, ajudando a evitar que inseguranças conduzam a comportamentos mais graves do que se pretendia evitar (Mendonça-filho, 2001).

2.2.1 Polícia Militar e Comunidade em parceria

Para satisfazer as aspirações das comunidades que carecem de segurança pública, é imperativo que as próprias comunidades contribuam. A função de prevenir e dissuadir o crime não é apenas responsabilidade da polícia. A cooperação dos cidadãos como aliados é extremamente importante para informar as autoridades sobre os incidentes, permitindo-lhes agir dentro das suas competências e com técnicas adequadas para esclarecer o assunto.

A missão da polícia não se limita a proporcionar segurança; as pessoas preocupam-se em fazer com que as pessoas se sintam seguras. Prevenir a ocorrência do crime é mais interessante, mais viável e mais satisfatório do que tentar corrigir ou suprimir as suas consequências. Neste contexto, ressoam as palavras de Monteiro (2005), enfatizando o policiamento comunitário como alternativa à democratização policial.

O sucesso da segurança pública depende da parceria entre o Estado e os seus cidadãos. O papel da Gendarmaria é compreender as questões de insegurança e promover estratégias para se aproximar da comunidade. Por outro lado, cada cidadão deve compreender que também é responsável pela segurança, o que ajuda a evitar que inseguranças levem a comportamentos piores do que o esperado. Esta abordagem é apoiada pelo conceito de segurança democrática proposto por Mendonça Filho (2001) como alternativa para superar a crise nas funções policiais.

Amaral (2002) contribui para esse contexto ao discutir o papel da polícia, dos poderes policiais, das forças armadas e dos desafios enfrentados pelos criminosos. Amaral destacou a importância de repensar as operações policiais e os métodos de combate ao crime.

A parceria entre a Polícia Militar e a comunidade é um elemento essencial para o fortalecimento da segurança pública. Monteiro (2005) destaca o policiamento comunitário como uma filosofia que promove essa colaboração, propondo uma abordagem em que tanto a polícia quanto a comunidade trabalham juntas na identificação, priorização e resolução de problemas contemporâneos, como crimes, drogas e desordens físicas e morais. Essa parceria não apenas contribui para o conhecimento de eventos pelas autoridades, mas também cria um ambiente em que a comunidade se torna parte ativa na gestão da segurança pública.

A missão da Polícia vai além de simplesmente prestar segurança; ela se estende à preocupação em fazer com que as pessoas se sintam seguras. Evitar que crimes ocorram é mais eficaz do que corrigir ou reprimir suas consequências. Nesse sentido, a visão de Monteiro (2005) ressoa, promovendo uma abordagem participativa em que as estratégias de policiamento são discutidas e definidas em conjunto com a comunidade.

O sucesso na segurança pública depende da cooperação entre o Estado, representado pela Polícia Militar, e os cidadãos. A Polícia Militar, seguindo as diretrizes do policiamento comunitário, procura compreender os problemas de insegurança e implementar estratégias que fortaleçam sua proximidade com a comunidade. Por outro lado, cada cidadão deve reconhecer sua responsabilidade pela segurança, evitando que a sensação de insegurança conduza a atos que possam agravar a situação. Essa abordagem é respaldada pela noção de segurança democrática proposta por Mendonça Filho (2001), destacando a importância da participação ativa da comunidade na construção de ambientes mais seguros.

A reflexão de Amaral (2002) sobre o papel da polícia, o poder de polícia, as Forças Armadas e os desafios diante do cenário com bandidos é crucial para entender a complexidade dessa parceria. Amaral destaca a necessidade de repensar a atuação policial e buscar meios mais eficazes para lidar com a criminalidade. Em conjunto, esses autores enfatizam a importância da colaboração estreita entre a Polícia Militar e a comunidade para alcançar uma segurança pública mais eficaz e abrangente.

A estreita cooperação entre a polícia e a comunidade requer a participação ativa e a responsabilidade dos cidadãos e da polícia (Monteiro, 2005; Mendonça Filho, 2001). Nas Forças da Gendarmaria, os serviços são prestados seguindo padrões e governados por unidades de comando seguindo os princípios de hierarquia e disciplina. Esta unificação de

abordagens é fundamental para estabelecer uma base sólida que promova a confiança mútua e fortaleça o relacionamento entre as duas partes. Esta integração é fundamental para a redução da criminalidade, particularmente relacionada com crimes violentos fatais intencionais (CVLI), crimes violentos contra a propriedade (CVP) e tráfico de drogas, que muitas vezes desencadeiam esses crimes (Monteiro, 2005; Mendonça Filho, 2001).

Em contraste com esta integração, a alienação, a exclusão mútua e a falta de solidariedade entre a polícia e a comunidade não conduzem à construção da confiança necessária para promover a paz social e manter a ordem pública (Monteiro, 2005; Mendonça Filho, 2001). Neste caso, a polícia e a comunidade são como pólos magnéticos: partilham o objectivo comum de reduzir a criminalidade, mas acabam por se desintegrar por falta de unidade (confiança). O espaço criado entre duas entidades proporciona aos criminosos um caminho livre para cometerem os seus crimes.

As alianças, por outro lado, geram confiança, aproximam as entidades e proporcionam benefícios mútuos. A confiança pública na polícia é um componente importante da implementação eficaz do policiamento comunitário, agindo como uma barreira ao crime, prevenindo o crime e fortalecendo o vínculo entre a instituição social policial e a comunidade (Monteiro, 2005; Mendonça Filho, 2001).

2.2.2 Do Ponto de Vista do Cidadão: Por que confiar na Polícia Militar

A desconfiança na polícia é um problema grave que aumenta os sentimentos de insegurança e incentiva as pessoas a evitarem procurar ajuda das agências policiais quando são vítimas de crimes. Esta situação incentiva a busca de soluções pessoais e agrava a violência. Além disso, a baixa confiança na polícia, combinada com a desconfiança no judiciário, leva a uma percepção de que o crime é expediente e a impunidade é generalizada (Monjardet, 2003; Mendonça Filho, 2001).

A perspectiva do cidadão difere significativamente da dos gendarmes, que, ao lidar com o público, interagem com pessoas de diferentes origens e classes sociais. Os policiais têm uma compreensão mais profunda do crime e de suas motivações em diferentes locais, muitas vezes visitando diferentes áreas durante o serviço. Os cidadãos comuns, por outro lado, geralmente trabalham em profissões legítimas e mantêm-se afastados do crime, e as suas percepções baseiam-se frequentemente em meios de comunicação tendenciosos e em rumores espalhados nas redes sociais (Henriques, 2008).

Estas fontes distorceram largamente a realidade e levaram à perda de confiança na polícia. Para construir relações mais saudáveis, as comunidades devem encarar a polícia como prestadora de serviços e aliada, superando barreiras de falta de conhecimento por meio do diálogo, do esclarecimento de pontos e da compreensão mútua de suas ações (Marcineiro, 2009).

2.2.3 Do Ponto de Vista da Polícia Militar

A confiança nos cidadãos desempenha um papel crucial na transmissão de uma sensação de segurança. Os cidadãos aprendem sobre as ruas em que vivem e os desafios que as suas comunidades enfrentam ao viver no meio ambiente. Ciente destas questões, a polícia deve recorrer a conhecimentos especializados para desenvolver estratégias de policiamento. Os cidadãos são fundamentais para a eficácia do trabalho policial como a melhor fonte de informação, fornecendo dados valiosos para a prevenção do crime e detenções em áreas específicas. O trabalho policial deve ser técnico e cada cidadão deve ser tratado com cortesia e respeito. Quando um policial está atento e se comporta como cidadão da comunidade, suas ações positivas são reconhecidas (Monteiro, 2005; Mendonça Filho, 2001; Oliveira Júnior, 2007; Poncioni, 1995, 2003, 2005).

A abordagem policial é um procedimento pelo qual as forças policiais militares abordam e interrogam uma pessoa que apresenta comportamento suspeito. O projeto busca identificar a pessoa, realizar busca pessoal e, em última instância, levar à prisão, apreensão (no caso de menor) ou simples advertência. A abordagem policial recebeu respaldo jurídico do art. A secção 244 do Código de Processo Penal prevê que não se deve invocar um mandado quando é feita uma detenção ou quando existem motivos substanciais para suspeita de posse de uma arma ou artigo proibido que constitua um crime, ou quando apurado durante uma busca domiciliária.(Mendonça Filho, 2001)

Esta abordagem é a principal ferramenta para dissuadir o crime e os delitos e é implementada numa variedade de contextos, incluindo estradas públicas, veículos privados, transportes públicos e locais. Durante esse processo, os policiais devem estar atentos à sua segurança, à de seus colegas, aos suspeitos e aos demais cidadãos presentes no local (Monjardet, 2003; Mendonça Filho, 2001; Oliveira Júnior, 2007; Poncioni, 1995, 2003, 2005).

3. METODOLOGIA

Ao longo dos últimos três meses, esta pesquisa empreendeu uma abordagem mista, unindo a revisão teórica e a pesquisa de campo para investigar a dinâmica entre a polícia e a comunidade, com foco nas especificidades do tema do artigo. As etapas metodológicas descrevem um processo já finalizado.

Inicialmente, uma revisão teórica abrangente foi conduzida, explorando estudos prévios relacionados à interação específica entre a polícia e a comunidade abordada no artigo. Consultamos obras de através do, *Scielo*, *Lilacs*, *Google Acadêmicos*, bem como institutos de pesquisa para embasar o referencial teórico.

Com base nessa revisão, foi elaborado um questionário online específico usando o Google Forms, mecanismo que auxiliará na obtenção principal de dados referente a sociedade e com sua expectativa e percepção do trabalho policial. Esse instrumento abordou aspectos relacionados ao tema do artigo, incluindo a confiança na polícia, percepção de segurança, experiências pessoais com as forças policiais e sugestões para otimizar a relação conforme o foco do estudo.

A amostra foi estratificada considerando variáveis pertinentes ao tema, como a relação específica entre a polícia e a comunidade em questão. Participantes foram recrutados por meio de convites online, assegurando representatividade nas respostas em consonância com os objetivos do artigo.

O questionário foi disponibilizado online, contendo questões a serem respondidas de forma sucinta, com o link de acesso enviado aos participantes por e-mail e redes sociais. A coleta de dados ocorreu ao longo de quatro semanas, proporcionando uma quantidade significativa de respostas pertinentes ao tema abordado no artigo.

Posteriormente, os dados foram exportados para análise estatística, utilizando o software SPSS, para identificar padrões e correlações significativas alinhadas com os objetivos específicos do artigo.

Os resultados foram interpretados à luz da revisão teórica, enfocando aspectos específicos relacionados ao tema do artigo. Discussões sobre as implicações dos resultados e possíveis recomendações específicas foram desenvolvidas, conectando-se diretamente aos propósitos do artigo.

Limitações do estudo, incluindo possíveis vieses e restrições metodológicas, foram detalhadas, respeitando a transparência metodológica. Considerações éticas foram cuidadosamente observadas, garantindo o anonimato e a confidencialidade dos participantes em consonância com as normas éticas do estudo. Essa metodologia ofereceu uma análise precisa e direcionada à relação específica entre a polícia e a comunidade, integrando a revisão

teórica com a coleta e análise de dados por meio de questionários online, gerando ao final da análise, possível uma maior capacidade de entender o que move a relação entre polícia e sociedade quanto a necessidade e resultado de interação entre estas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na seção Resultados e Discussão, nosso exame se aprofundará nas perspectivas da comunidade em relação às estratégias de policiamento empregadas pela Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), com foco específico na utilização de métodos de mediação de conflitos. Avaliaremos a implementação atual destas técnicas pela PMGO, avaliaremos a sua eficácia percebida na resolução de conflitos e na promoção de ligações harmoniosas entre a comunidade e as autoridades policiais, e identificaremos os obstáculos enfrentados pela PMGO na execução destas estratégias.

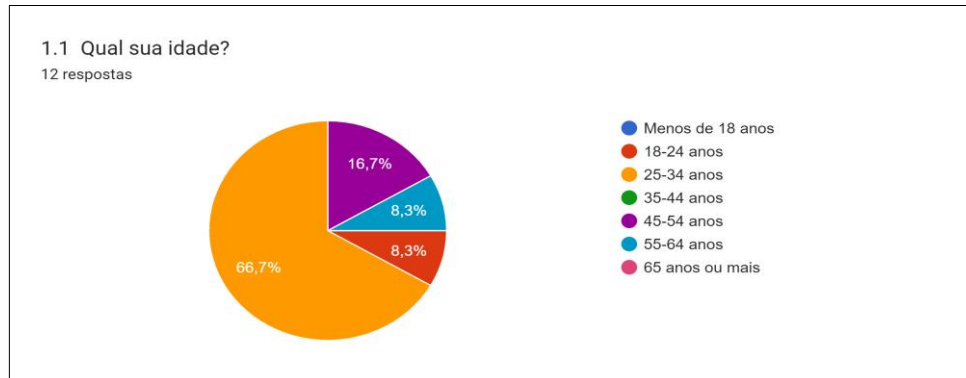
Para obter insights sobre a opinião da comunidade sobre as estratégias de policiamento empregadas pela Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), particularmente em relação às técnicas de mediação de conflitos, utilizamos um questionário distribuído por meio da plataforma de pesquisa on-line amplamente utilizada, o Google Forms. O nosso estudo recebeu um total modesto, mas significativo de 12 respostas, que servem como uma representação inicial das opiniões e perspectivas da comunidade sobre este assunto. Apesar do tamanho limitado da amostra, estas respostas fornecem informações valiosas que contribuirão para a nossa análise e discussões em torno da percepção da comunidade sobre o policiamento na região.

A distribuição da idade entre os participantes da pesquisa está representada no Gráfico 01. Do total de 12 participantes, a maioria, representando 66,7%, está na faixa etária de 25 a 34 anos. Estes dados significam que os jovens adultos constituem o maior grupo na pesquisa. Seguindo isso, observamos que 16,7% dos participantes pertencem à faixa etária de 45 a 54 anos, indicando uma presença substancial de adultos de meia-idade. As restantes faixas etárias, nomeadamente 55-64 e 18-24 anos, estão comparativamente menos representadas, representando cada uma 8,3% dos participantes. Esses achados demonstram uma faixa etária diversificada entre os participantes, com maior concentração de adultos jovens, mas ainda abrangendo outras faixas etárias.

Para construir uma força policial que seja eficiente e adaptável, o envolvimento da comunidade desempenha um papel crucial. Isto implica procurar ativamente os pensamentos e preocupações de indivíduos de todas as gerações, abrangendo tanto os jovens como os idosos,

a fim de obter uma compreensão abrangente das suas necessidades e desejos em relação à segurança pública (Marcineiro, 2009).

Gráfico 01 – Idade dos participantes

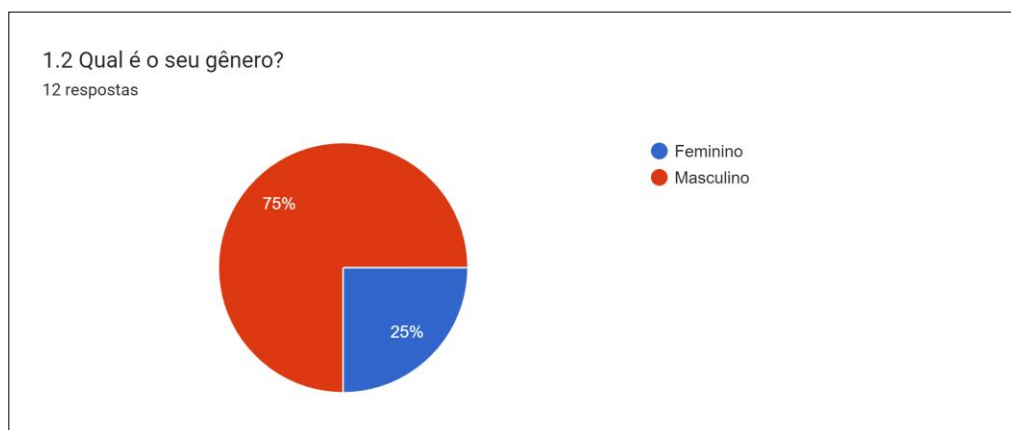


Fonte: O próprio autor.

A distribuição dos participantes da pesquisa está ilustrada no Gráfico 02. Do total de 12 participantes, a maioria, totalizando 75%, foi identificada como homem. Esses dados indicam claramente uma prevalência de homens entre os que participaram do estudo. Por outro lado, o sexo feminino representou apenas 25% dos participantes, sugerindo uma representação significativamente menor de mulheres na amostra. Estas conclusões destacam um desequilíbrio de género na participação na investigação, com uma proporção mais elevada de homens em comparação com mulheres.

É importante reconhecer que a participação tanto masculina como feminina é crucial para obter uma compreensão abrangente das percepções da comunidade. No entanto, é essencial reconhecer que as mulheres podem encontrar obstáculos adicionais quando participam na investigação, os quais podem ser atribuídos a vários factores, tais como responsabilidades familiares e culturais (Marcineiro, 2009).

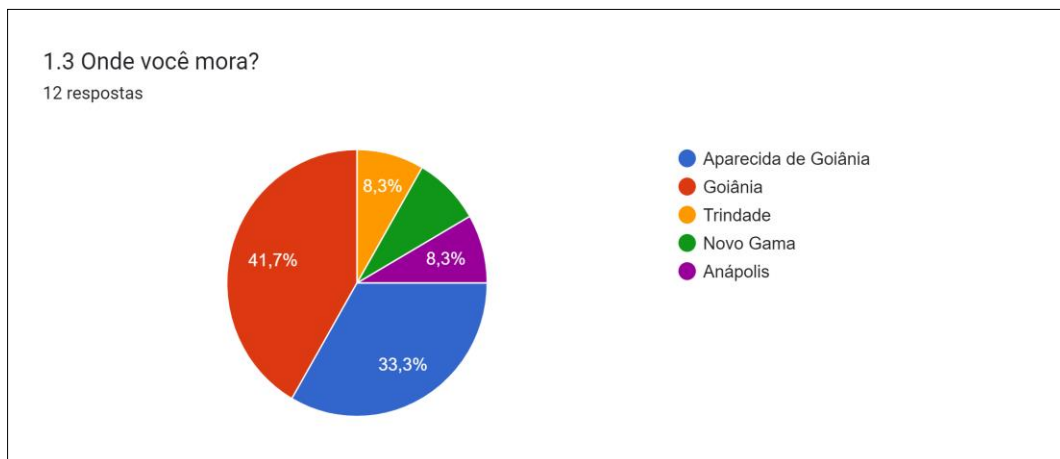
Gráfico 02 – Género dos participantes



Fonte: Próprio autor.

De acordo com o Gráfico 03, a distribuição dos locais de residência dos entrevistados revela padrões interessantes. O maior grupo de participantes, totalizando 41,7%, referiu residir em Goiânia, tornando-a a localidade de maior prevalência entre os entrevistados. Aparecida de Goiânia vem logo atrás com 33,3% dos entrevistados residindo lá, indicando uma presença significativa desta região na amostra. Trindade, Anápolis e Novo Gama também foram citadas como locais de residência, representando cada uma 8,3% dos participantes. Esses achados destacam a diversidade geográfica da pesquisa, com notável concentração em Goiânia e Aparecida de Goiânia, mas ainda incluem representações de outras áreas.

Ao realizar pesquisas, é fundamental levar em consideração a localização geográfica dos participantes, pois tem o potencial de moldar as suas experiências e pontos de vista. Compreender as perspectivas de indivíduos de várias regiões pode oferecer informações valiosas sobre questões de segurança pública, tanto em ambientes urbanos como rurais, bem



como em comunidades específicas dentro de uma determinada área (Monjardet, 2002).

Gráfico 3 – Localidade onde reside o entrevistado

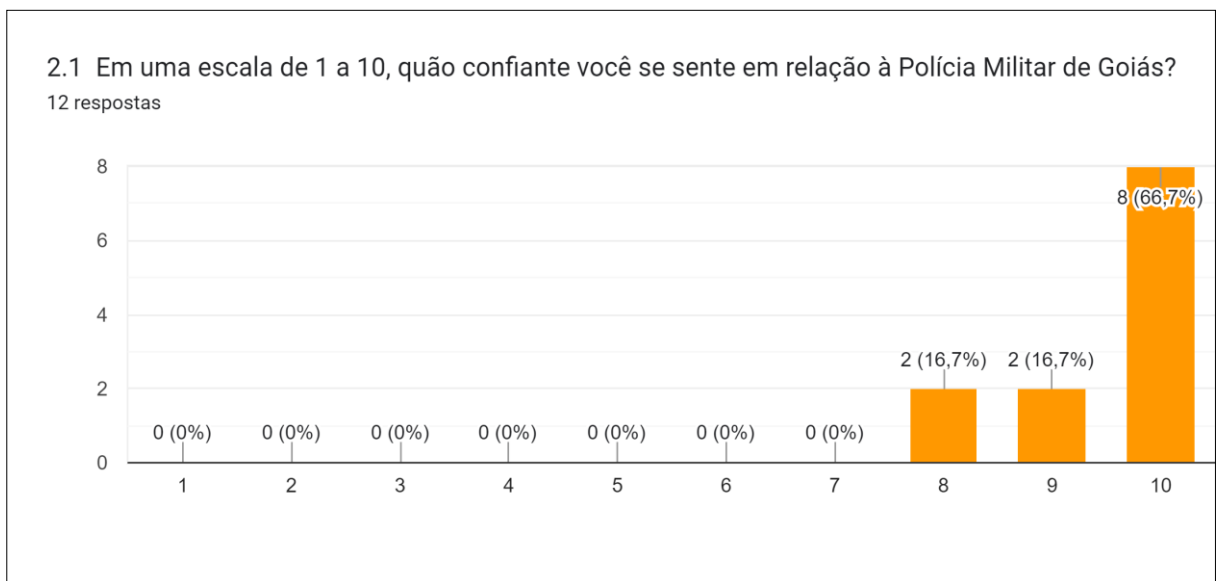
Fonte: Próprio autor.

No Gráfico 04, as respostas dos entrevistados quanto ao nível de confiança na Polícia Militar de Goiás (PMGO) são retratadas em uma escala de 1 a 10. Os dados revelam que uma maioria significativa, representando 66,7% dos participantes, premiou a pontuação máxima de 10, indicando um nível substancial de confiança no PMGO. Além disso, 16,7% dos entrevistados atribuíram uma pontuação de 9, enquanto outros 16,7% atribuíram uma pontuação de 8. Estas conclusões sugerem que a maioria dos entrevistados expressou um elevado nível de confiança no PMGO, com uma proporção menor indicando um nível ligeiramente inferior, mas ainda assim significativo, nível de confiança. Esses

resultados indicam coletivamente uma percepção geralmente positiva do PMGO entre os indivíduos entrevistados.

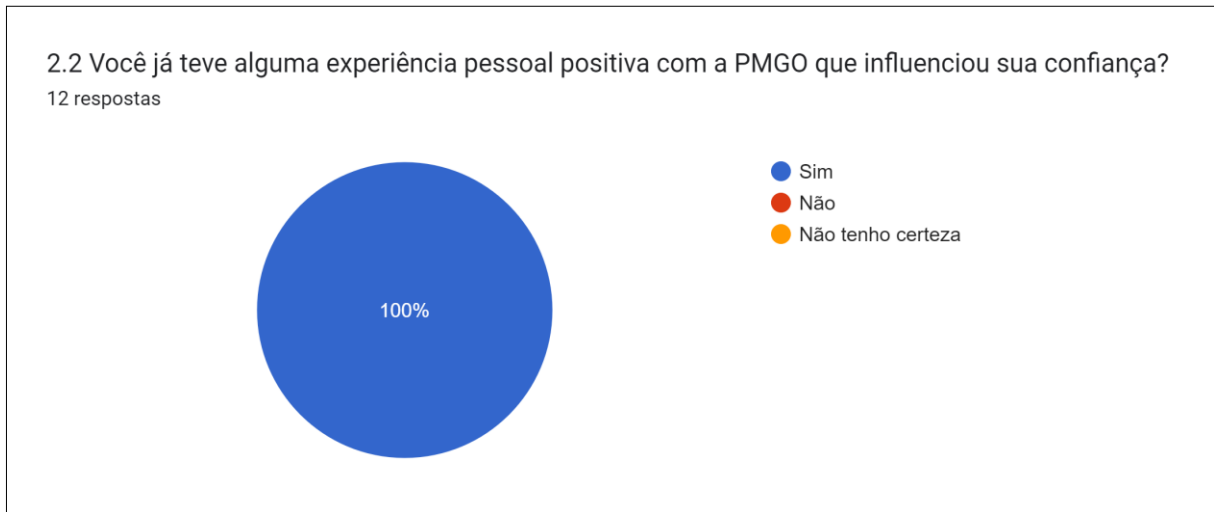
Um aspecto crucial para garantir a eficácia da aplicação da lei e reforçar a segurança pública é a confiança que a população deposita na polícia. Uma extensa investigação demonstrou consistentemente que as comunidades caracterizadas por um sentimento de segurança e fé nas ações da polícia apresentam taxas de criminalidade mais baixas e estão mais inclinadas a cooperar com as autoridades. Isto, por sua vez, leva a uma estratégia mais eficiente para a prevenção e redução do crime, de acordo com Oliveira Júnior (2007).

Gráfico 4 – Confiança na Polícia



Fonte: Próprio autor

De acordo com os dados do Gráfico 05, fica evidente que todos os participantes da pesquisa relataram ter tido encontros positivos com a Polícia Militar de Goiás (PMGO). Isso significa que todos os entrevistados tiveram experiências com PMGO favoráveis ou satisfatórias. Estas interações abrangem uma vasta gama de atividades, incluindo serviços de segurança, assistência durante emergências e envolvimento em iniciativas comunitárias. Estas conclusões implicam uma percepção geralmente positiva do PMGO entre os participantes, o que poderia potencialmente promover a confiança e o apoio contínuos à força policial dentro da comunidade.

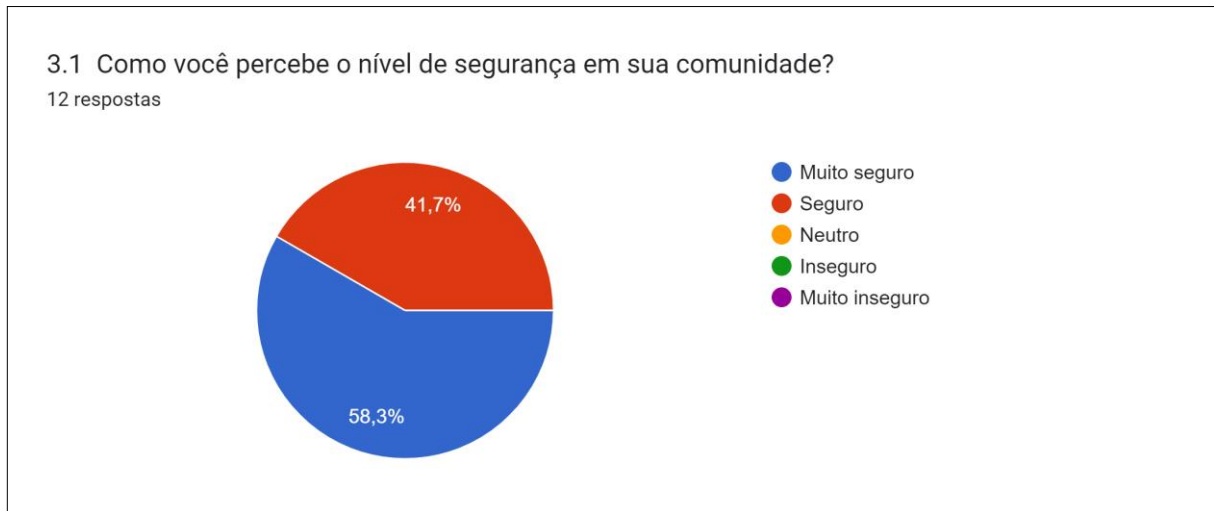
Gráfico 05 – Experiências positivas com a PMGO

Fonte: O próprio autor.

A percepção de segurança comunitária entre os entrevistados está retratada no Gráfico 06. Uma maioria significativa, composta por 58,3% dos participantes, vê sua comunidade como “muito segura”, enquanto 41,7% a percebem como “segura”. Estes dados indicam que a maioria dos entrevistados tem uma perspectiva positiva sobre a segurança da sua comunidade, embora uma proporção menor mantenha uma percepção ligeiramente menos otimista, mas ainda assim positiva. Essas descobertas sugerem uma sensação geral de segurança entre os entrevistados, potencialmente atribuída ao sucesso da implementação de medidas de segurança, incluindo os esforços louváveis da Polícia Militar de Goiás (PMGO).

A promoção de um sentimento de segurança entre a população é essencial para promover a coesão social e melhorar o bem-estar geral. Uma extensa investigação demonstrou que quando a aplicação da lei incute com sucesso uma sensação de segurança, não só diminui o medo de atividades criminosas, mas também cultiva a confiança nas instituições e reforça a solidariedade comunitária. Além disso, estudos realizados em várias regiões revelaram consistentemente que as comunidades onde a polícia dá efetivamente prioridade ao estabelecimento deste sentimento de segurança experimentam taxas de criminalidade reduzidas e aumentam a satisfação com os serviços de segurança pública. (Kant de Lima, 1999).

Gráfico 06 – Percepção de Segurança



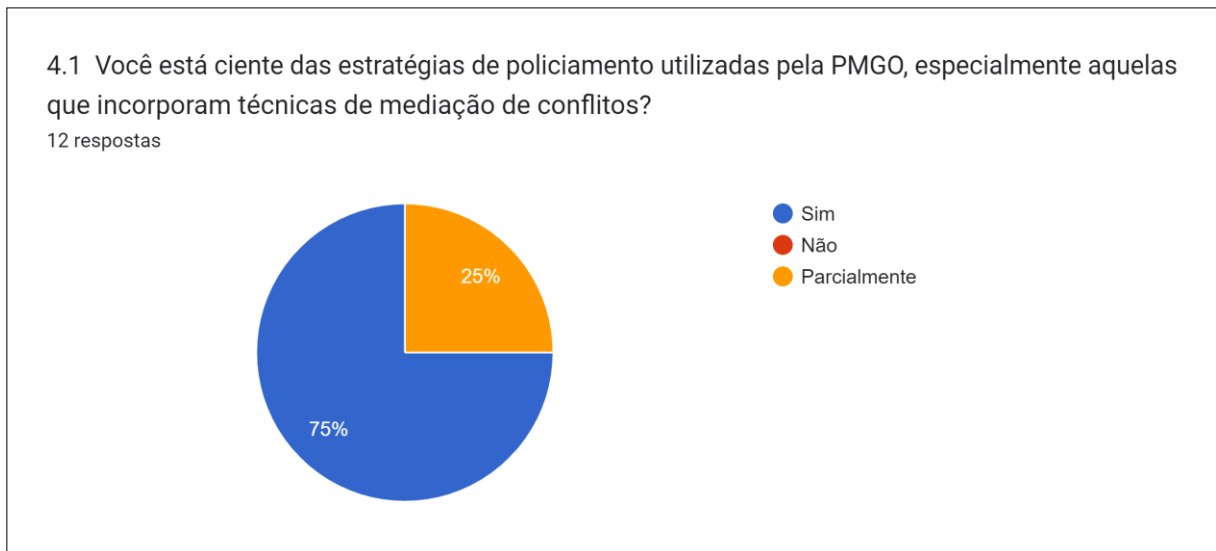
Fonte: Próprio autor.

A percepção da comunidade sobre os desafios de segurança é diversa, como revelam as respostas à pergunta aberta. Diversas questões, como a atuação policial, o combate ao tráfico de drogas, a impunidade judicial, a reincidência criminal, os traficantes, os espaços públicos e a expansão descontrolada da cidade, foram identificadas como preocupações significativas. Estas respostas sublinham a complexidade dos desafios de segurança enfrentados pelas comunidades e sublinham a importância de uma abordagem abrangente que inclua a aplicação da lei, a colaboração comunitária, a prevenção, a intervenção e a participação pública ativa na gestão da segurança. Compreender a perspectiva da comunidade é crucial no desenvolvimento de estratégias eficazes que abordem estes desafios de forma holística e promovam um ambiente mais seguro e coeso para todos os residentes.

Os dados apresentados no Gráfico 07 retratam o nível de familiaridade dos entrevistados com as estratégias de policiamento empregadas pela Polícia Militar de Goiás (PMGO), especificamente aquelas que envolvem técnicas de mediação de conflitos. Uma maioria significativa, de 75% dos participantes, indicou possuir conhecimento sobre essas estratégias. Por outro lado, 25% dos entrevistados relataram ter consciência apenas parcial. Isto sugere que um número considerável de entrevistados possui alguma compreensão das abordagens de policiamento implementadas pela PMGO, o que é uma indicação positiva, pois significa uma consciência dos métodos policiais destinados à resolução de conflitos. No entanto, continua a existir um grupo menor de participantes que podem não estar totalmente informados, sublinhando a importância de iniciativas contínuas de sensibilização e educação para garantir uma compreensão generalizada e o envolvimento da comunidade.

Estudos demonstraram consistentemente uma correlação positiva entre a sensibilização da comunidade para as estratégias de policiamento, especialmente aquelas que incorporam técnicas de mediação de conflitos, e níveis mais elevados de confiança na aplicação da lei, bem como uma percepção mais favorável da segurança pública (Henriques, 2008).

Gráfico 07 – Estratégias de Policiamento



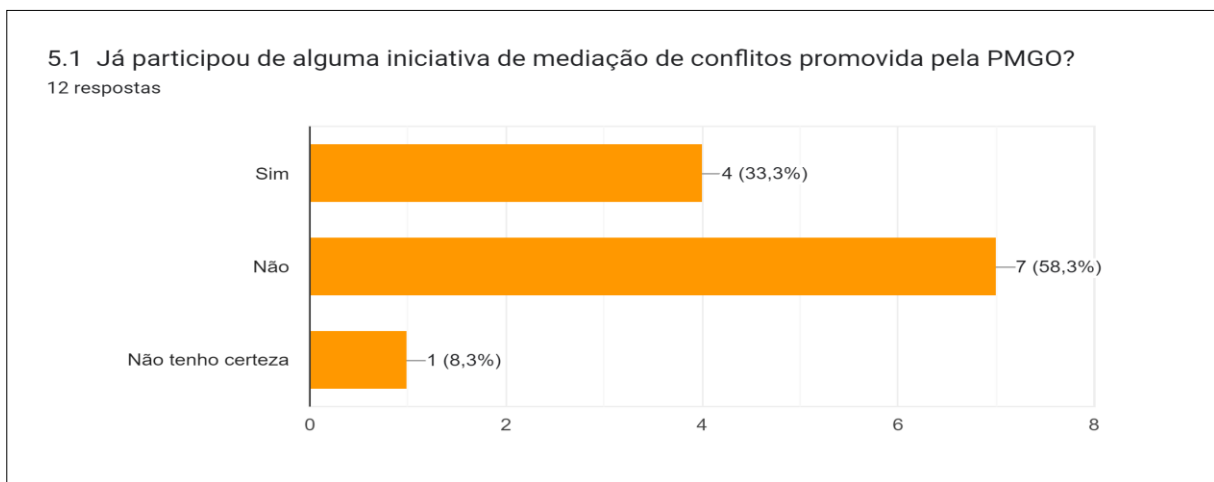
Fonte: Próprio autor.

As respostas fornecidas na pergunta aberta abrangem uma vasta gama de pontos de vista sobre o impacto das estratégias de policiamento, particularmente aquelas que incorporam técnicas de mediação de conflitos, na dinâmica entre a aplicação da lei e a comunidade. Os indivíduos entrevistados enfatizaram vários aspectos favoráveis destas estratégias, tais como a diminuição das taxas de criminalidade, o aumento da colaboração e do relacionamento entre a polícia e a comunidade, a maior eficácia das ações policiais, o reforço da confiança e a promoção de relações mais estreitas. , todos os quais contribuem para uma melhoria global da segurança pública. Além disso, algumas respostas reconheceram que a compreensão da comunidade sobre a necessidade de intervenções policiais pode produzir resultados positivos.

No entanto, observou-se também que fatores como a desigualdade social podem influenciar a forma como estas estratégias são percebidas e a sua eficácia nas diferentes comunidades. Estas interpretações sublinham a importância de ter em conta contextos locais específicos ao implementar e avaliar estratégias de policiamento, com o objetivo de facilitar uma interação mais construtiva e bem-sucedida entre as autoridades responsáveis pela aplicação da lei e a comunidade.

As respostas dos entrevistados quanto à sua participação em iniciativas de mediação de conflitos promovidas pela Polícia Militar de Goiás (PMGO) são apresentadas no Gráfico 08. Evidencia-se que um número considerável de participantes, especificamente 33,3%, confirmaram seu envolvimento em tais iniciativas. Por outro lado, a maioria dos entrevistados, 58,3%, indicou não ter participado de nenhuma iniciativa de mediação de conflitos promovida pelo PMGO. Além disso, uma pequena percentagem de inquiridos, representando 8,3%, manifestou incerteza quanto à sua participação anterior. Estas conclusões implicam que uma parte significativa dos participantes não tinha experiência anterior com as iniciativas de mediação de conflitos do PMGO, sugerindo uma oportunidade para aumentar a sensibilização e o envolvimento da comunidade nestas atividades.

Gráfico 08 – Experiências Pessoais



Fonte: Próprio autor

As sugestões apresentadas propõem diversas melhorias para fortalecer o vínculo entre a Polícia Militar de Goiás (PMGO) e a comunidade. Enfatizada como uma estratégia fundamental para promover o envolvimento e a confiança, destaca-se a implementação de programas de policiamento comunitário. Além disso, é destacada a importância da transparência e da responsabilização, com sugestões para estabelecer linhas de comunicação abertas para reforçar a confiança da comunidade no PMGO.

Para promover uma maior compreensão e sensibilização, as recomendações incluem a organização de atividades educativas e eventos comunitários. Além disso, defende-se a melhoria da interação entre os agentes policiais e os membros da comunidade através da formação em competências de comunicação e resolução de conflitos. Os esforços colaborativos também são incentivados através de parcerias com organizações locais e líderes comunitários para abordar preocupações específicas. Estas sugestões sublinham a importância de uma abordagem abrangente e cooperativa no fortalecimento da relação entre a PMGO e a

comunidade, visando em última análise uma segurança pública mais eficaz e uma comunidade mais unida.

A importância do policiamento comunitário não pode ser exagerada. Esta abordagem envolve uma presença policial mais empenhada e interativa nas comunidades, bem como a organização de eventos e atividades que promovam a integração entre as autoridades responsáveis pela aplicação da lei e os membros da comunidade. A investigação tem demonstrado consistentemente que estas estratégias são altamente eficazes no cultivo de relações positivas entre a polícia e a comunidade.

Quando os agentes policiais participam ativamente na vida comunitária e estabelecem colaborações estreitas com os residentes, isso naturalmente conduz a um maior nível de confiança na instituição policial entre os membros da comunidade. Além disso, organizar eventos e atividades comunitárias cria oportunidades valiosas para os membros da comunidade e as autoridades responsáveis pela aplicação da lei desenvolverem uma compreensão mais profunda das necessidades uns dos outros e trabalharem em conjunto para abordar as preocupações de segurança locais. Consequentemente, estas abordagens não só aliviam o medo do crime, mas também incentivam uma maior cooperação comunitária na prevenção e resolução de problemas de segurança, resultando em última análise numa comunidade mais segura e mais ligada de acordo com Marcineiro (2009).

5 CONCLUSÃO

O bom funcionamento da segurança pública em qualquer sociedade exige o estabelecimento da confiança pública nas forças policiais. Quando os indivíduos confiam nas autoridades locais, tendem a trabalhar em conjunto, denunciar atividades criminosas e contribuir ativamente para a preservação da segurança nas suas comunidades. Por outro lado, quando falta confiança na polícia, existe uma correlação direta com níveis elevados de crimes não denunciados, o que pode comprometer a eficácia das operações policiais e pôr em risco a segurança de todas as partes envolvidas.

As agências policiais que se destacam pela sua eficácia compreendem a importância de investir no recrutamento e na educação do seu pessoal para garantir que o seu envolvimento com as comunidades seja caracterizado pelo respeito, justiça e compaixão. O modelo de policiamento comunitário sublinha a necessidade de restabelecer ligações estreitas entre as autoridades responsáveis pela aplicação da lei e a comunidade, promovendo a integração da segurança pública e da cidadania. Neste quadro, os cidadãos assumem um papel

activo na supervisão dos serviços oferecidos pela polícia, envolvendo-se activamente na identificação de preocupações locais e na formulação de medidas preventivas personalizadas que se alinhem com as suas circunstâncias únicas.

A compreensão e a aceitação das estratégias de policiamento empregadas pela Polícia Militar de Goiás (PMGO), especialmente aquelas que envolvem técnicas de mediação de conflitos, são de extrema importância para a comunidade. Esta investigação pretende melhorar esta compreensão, examinando os pontos de vista da comunidade sobre estas estratégias. O objetivo é identificar áreas dentro das operações policiais que possam necessitar de melhorias, com a intenção de promover um vínculo mais forte entre o PMGO e a comunidade.

O objetivo deste estudo é estabelecer uma forte ligação entre o PMGO e a comunidade que serve, alinhando as práticas policiais com as expectativas e exigências dos cidadãos. Ao incorporar estratégias de mediação de conflitos, propomos uma abordagem mais inclusiva e cooperativa, onde a comunidade se torna um participante activo e não um destinatário passivo na gestão da segurança pública a nível local. Ao promover a compreensão mútua e a colaboração contínua, podemos melhorar as medidas de segurança e criar uma comunidade mais segura e unida.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Nivaldo Nascimento dos. **Funcionalidade do sistema de segurança pública no Brasil e a violência social: um estudo** / Coronel PM BA Nivaldo Nascimento dos Anjos. Rio de Janeiro: ESG, 2011. 60 f.: il. Disponível em: <http://www.esg.br/images/Monografias/2011/ANJOS.pdf> - . Acesso em: 12 de janeiro de 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 5 de outubro de 1988. Brasília: 1988. BRASIL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 de abril de 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.172, 2 de outubro de 1966**. Código Tributário Nacional. Congresso Nacional. Brasília: 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172compilado.htm. Acesso em: 12 de abril de 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP. **Portaria nº 22, de 22 de julho de 2009. Aprova a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública – DNISP**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/742410/dou-secao-1-23-07-2009-pg-58>>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

BRASIL. SENASP. **Resolução nº 1 de 15 de julho de 2009**. Brasil: 2009. Disponível em: <https://sintse.tse.jus.br/documentos/2009/Ago/14/diario-oficial-da-uniao-secao-1/secretaria-nacional-de-seguranca-publica-resolucao-no-1-de-15-de-julho-de-2009-regulamenta-o-subsistema-de-inteligencia-de-seguranca-publica-sisp-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

BRASIL. PRONASCI. **LEI Nº 11.707, DE 19 DE JUNHO DE 2008**. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11707.htm Acesso em: 12 de janeiro de 2024.

HENRIQUES, Márcio S. **Falar para a sociedade, falar com as comunidades: o desafio da construção do diálogo na comunicação pública da Polícia Militar de Minas Gerais**. 2008. 238 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

KANT DE LIMA, R. Polícia, Justiça e Sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no Espaço Público. **Revista de Sociologia e Política. Curitiba**: UFPR, n. 13, p. 23-38, nov. 1999. Disponível em: <www.revistasociologiaepolitica.org.br/revista13> Acesso em: 03 de março de 2023.

MARCINEIRO, Nazareno. **Polícia Comunitária: Construindo segurança nas comunidades-Florianópolis**. Editora Insular, 2009. 232 p.

MENDONÇA FILHO, M. **A noção de segurança democrática como alternativa para a crise da função policial**. Aracaju: UFS, 2001. (Mimeo.)

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia: sociologia da força pública**. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. Ed. Ver. 2002. São Paulo: Edusp, 2003. – (Série Polícia e Sociedade; nº nº 10/Org: Nancy Cardia).

OLIVEIRA JUNIOR, Almir. Cultura de polícia: cultura e atitudes ocupacionais entre policiais militares em Belo Horizonte. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

PONCIONI, Paula. A Polícia e os pobres, representações sociais e práticas em delegacia de polícia do Rio de Janeiro. 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

_____. Tornar-se policial: a construção da identidade profissional do policial do estado do Rio de Janeiro. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. O modelo profissional policial e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do estado do Rio de Janeiro. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 20, n. 3, p. 585-610, set./dez. 2005.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX; Bonnie. **Policimento Comunitário: como começar**. Tradução Mina Seinfeld de Carakushansky. 2 ed. São Paulo: Editora Parma, 1999.p.4|5.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO E TLCE

Questionário sobre Percepção da Comunidade sobre Estratégias de Policiamento

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do Estudo/Projeto: **PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE SOBRE ESTRATÉGIAS DE POLICIAMENTO**

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar do estudo/projeto intitulado " **PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE SOBRE ESTRATÉGIAS DE POLICIAMENTO**". Antes de concordar em participar, é fundamental que você leia cuidadosamente as informações a seguir. Caso haja alguma dúvida ou preocupação, sinta-se à vontade para entrar em contato com os responsáveis pelo estudo.

Objetivo do Estudo/Projeto:

O objetivo deste estudo/projeto é conhecer a percepção da comunidade em relação às estratégias de policiamento implementadas pela Polícia Militar de Goiás, com foco na aplicação de técnicas de mediação de conflitos. Suas respostas e contribuições são valiosas para a realização e conclusão deste trabalho.

Procedimentos:

Durante a participação, você será solicitado(a) a responder a questões a seguir. Estima-se que o tempo de dedicação seja de aproximadamente de 5 a 10 minutos.

Confidencialidade:

As informações coletadas serão tratadas de forma estritamente confidencial. Seus dados serão anonimizados, garantindo que sua identidade não seja revelada em nenhum momento. As informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para os propósitos deste estudo/projeto.

Riscos e Benefícios:

Não há riscos significativos associados à participação neste estudo/projeto. Os benefícios incluem ao identificar de que maneira as teorias criminológicas moldam as estratégias e decisões dos profissionais de segurança, será possível desenvolver abordagens mais informadas e contextualmente adaptadas ao cenário criminal contemporâneo.

Participação Voluntária:

Sua participação neste estudo/projeto é completamente voluntária. Você tem o direito de recusar ou interromper sua participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo.

Consentimento:

Ao clicar em "Concordo" no final deste formulário, você estará indicando que leu e compreendeu as informações fornecidas, que teve a oportunidade de esclarecer dúvidas, e que concorda voluntariamente em participar deste estudo/projeto.

Agradecimento:

Agradecemos sinceramente por considerar participar deste estudo/projeto e contribuir para a ampliação do conhecimento em Segurança Pública.

Ao concordar em participar, você confirma que leu e compreendeu as informações fornecidas neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

*** Indica uma pergunta obrigatória**

1. Você concorda em participar? *

Marcar apenas uma opção.

Concordo

Não concordo

1.1 Qual sua idade? *

Marcar apenas uma opção.

- Menos de 18 anos
- 18-24 anos
- 25-34 anos
- 35-44 anos
- 45-54 anos
- 55-64 anos
- 65 anos ou mais

1.2 Qual é o seu gênero? *

Marcar apenas uma opção

- Feminino
- Masculino
- Outro: _____

1.3 Onde você mora? *

Marcar apenas uma opção.

- Aparecida de Goiânia
- Outro: _____

Seção 2 - Confiança na Polícia:

2.1 Em uma escala de 1 a 10, quão confiante você se sente em relação à Polícia Militar de Goiás?

Marcar apenas uma opção.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

_____ Confio totalmente

2.2 Você já teve alguma experiência pessoal positiva com a PMGO que influenciou sua confiança?

Marcar apenas uma opção.

- Sim
- Não
- Não tenho certeza

Seção 3 - Percepção de Segurança

3.1 Como você percebe o nível de segurança em sua comunidade? *

Marcar apenas uma opção.

- Muito seguro
- Seguro
- Neutro
- Inseguro
- Muito inseguro

3.2 Na sua opinião, quais são os principais desafios de segurança em sua comunidade?

Seção 4 - Estratégias de Policiamento

4.1 Você está ciente das estratégias de policiamento utilizadas pela PMGO, especialmente aquelas que incorporam técnicas de mediação de conflitos?

Marcar apenas uma opção.

- Sim
- Não
- Parcialmente

4.2 Na sua percepção, como essas estratégias afetam a interação entre a polícia e a comunidade?

Seção 5 - Experiências Pessoais

5.1 Já participou de alguma iniciativa de mediação de conflitos promovida pela PMGO?

Marque todas que se aplicam.

- Sim
- Não
- Não tenho certeza

5.2 Se sim, como foi sua experiência? Se não, você consideraria participar? *

Seção 6 - Melhorias e Sugestões

6.1 Que melhorias você sugeriria para fortalecer a relação entre a PMGO e a comunidade?

6.2 Como acha que a PMGO poderia comunicar melhor suas estratégias e iniciativas à comunidade?

Seção 7 - Considerações Finais

7.1 Há algo mais que gostaria de compartilhar sobre sua percepção das estratégias de policiamento da PMGO?

7.2 Há algo mais que gostaria de compartilhar sobre sua percepção das estratégias de policiamento da PMGO?

Agradecemos novamente por sua participação. Suas respostas são fundamentais para o aprimoramento das práticas policiais e para fortalecer a relação entre a Polícia Militar de Goiás e a comunidade que serve.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXO A - TÍTULO